



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

30/04/2024

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

**Nos termos do item 2 do Formulário de Referência
(Art. 10º, Inciso III da Resolução CVM nº 81/22)**

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Art. 10º, Parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/22)

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

(Art. 11º da Resolução CVM nº 81/22)

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

**Nos termos do item 8 do Formulário de Referência
(Art. 13 da Resolução CVM nº 81/22)**

ÍNDICE

Página

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia.....	03
Proposta de Destinação do Lucro Líquido.....	27
Assembleia Geral e Administração.....	31
Proposta de Remuneração dos Administradores.....	39

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Nos termos do item 2 do Formulário de Referência (Art. 10º, Inciso III da Resolução CVM nº 81/22)

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas, ou as demonstrações financeiras consolidadas auditadas. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

2023 foi um ano de importantes avanços na estratégia do Portobello Grupo. Destacamos a inauguração e início da operação da fábrica dos Estados Unidos, um marco na evolução da internacionalização do Grupo, além da ampliação da nossa atuação direta com os consumidores no Brasil, através da inauguração de 16 lojas da Portobello Shop, encerrando o ano com 158 operações ao redor do país, sendo 25 próprias e 133 franquias, com avaliação de NPS de 86.

Estes avanços se deram em um cenário mundial de instabilidade macroeconômica e setorial. No Brasil, o setor de revestimento cerâmico apresentou arrefecimento da demanda, com queda de 5,7% em relação ao ano anterior. No varejo, segundo os dados do ICVA, o setor de materiais de construção apresentou retração de 2,5% em 2023. A indústria brasileira sentiu o efeito da redução das vendas e paralisou temporariamente algumas fábricas, levando a ocupação da capacidade de produção a um nível de 64%.

Nos Estados Unidos, os principais indicadores do setor de construção civil também tiveram um desempenho que prejudicaram a retoma do crescimento, com altas taxas de juros e aumento na taxa média de hipoteca. Adicionalmente, dados do TCNA, apontaram que o consumo do revestimento cerâmico passou por um período de acomodação entre o final de 2022 e início de 2023, com recuperação gradual ao longo de 2023.

Nesse contexto, consolidamos ganhos de *market share* no mercado brasileiro, com portfólio de produtos inovadores, com a apresentação de grandes lançamentos e colaborações que tiveram muito êxito na Expo Revestir, Cersaie e Coverings. No varejo, o resultado da Portobello Shop demonstrou a fortaleza do modelo de negócios, que se traduziu na superação da marca de R\$ 1 bilhão de faturamento anual, sendo reconhecida entre as principais marcas do varejo do Brasil. Suportamos a continuidade da estratégia de internacionalização do Grupo ampliando nossa atuação e exportação para regiões como América Central, Oriente Médio, Europa e África.

Nos EUA, nossa planta já opera com aproximadamente 200 colaboradores e avança focada na flexibilidade e produtividade para o atendimento das demandas dos clientes nos EUA. Nosso compromisso é manter um nível de serviço excepcional e atender às necessidades em evolução dos nossos clientes norte-americanos, impulsionando-nos para a próxima fase de crescimento, integração e lucratividade.

No início de 2024, anunciamos mudanças estratégicas que moldam nossa jornada de negócios. O Sr. João Henrique Oliveira, antes CEO da unidade Portobello, agora assume o papel de CEO na Portobello America, enquanto o Sr. Luciano Alves Abrantes, CTO do Grupo desde maio de 2023 do Grupo, passa

a ocupar o cargo de CEO interino da unidade Portobello. Também destacamos que o Sr. Luiz Felipe Brito, que ocupava a posição de CEO da unidade Portobello America, passa a liderar o desenvolvimento de negócios (CBDO) e a Sra. Christiane Ferreira, antes Diretora de Inovação e Branding da unidade Portobello Shop, assume a posição de CCO do Portobello Grupo.

Neste cenário desafiador, apresentamos um prejuízo de R\$ 35,1 milhões, no final de 2023, realizamos 5ª emissão de debêntures da Companhia, captando R\$ 367 milhões e alongamos o prazo médio do endividamento em 1,2 ano (2023 vs. 2022), reduzindo em 0,7p.p. o custo da dívida (2023 vs. 2022). Também ajustamos nosso patamar de investimentos, encerramos o ano com R\$ 332,8 milhões de investimentos, ainda suportando nossos projetos estratégicos e fechamos com alavancagem líquida de 3,3x.

No ano de **2022** o Grupo avançou do ponto de vista estratégico e alcançamos resultados recordes de forma consistente ao longo do período. Mesmo diante de um cenário macroeconômico de muitas incertezas, a Companhia manteve o ritmo de crescimento e entregou uma Receita Líquida de R\$ 2,2 bilhões no ano, além de manter as margens e indicadores em níveis alinhados ao planejamento.

A conjuntura macroeconômica no Brasil e no mundo não foram favoráveis ao longo do ano, notadamente no segundo semestre, com altos níveis de inflação, aumento nas taxas de juros e consequente desaceleração em alguns setores, incluindo o de materiais de construção. Segundo dados da ABRAMAT, o setor sofreu uma retração de -7% (em valores deflacionados) no ano. Já no segmento da indústria cerâmica, os dados disponibilizados pela ANFACER mostram queda nos volumes de vendas, de -18% comparado a 2021. Apesar dos indicadores serem negativos, trimestralmente a Companhia veio demonstrando a resiliência e assertividade de seu modelo de negócios, crescendo 15% em Receita Líquida. O modelo multi negócios, canais e marcas permitiu que a Companhia administrasse seu resultado potencializando os segmentos que oferecem as melhores oportunidades e mitigando os segmentos mais afetados pela conjuntura econômica. Foi apenas no último trimestre de 2022 que a Companhia sentiu em sua performance de vendas o reflexo dos efeitos negativos da macroeconomia. Esta redução aconteceu no período também de maior sazonalidade anual com impacto notadamente no varejo multimarcas e na exportação, embora e positivamente, mantendo resiliência no varejo especializado (Portobello Shop) e nas vendas a projetos (construtoras) minimizando as quedas e projetando recuperação para 2023.

Mas o ano não foi importante apenas do ponto de vista de resultados. Avançamos em nossa estratégia com importantes conquistas. 2022 ficará marcado como o início da concretização de um sonho: a nossa fábrica nos Estados Unidos. A planta, situada no município de Baxter, no Tennessee, está em fase final de instalação, com grande parte da estrutura finalizada e equipamentos posicionados. A fábrica entrará em operação ainda no primeiro semestre de 2023. Esta é uma conquista de todos os nossos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e admiradores da marca Portobello.

Também avançamos significativamente na estratégia de Varejo. Em linha com nosso objetivo de ser uma empresa orientada a dados e centrada no cliente, nos aproximamos mais de nossos clientes através da expansão da nossa rede de lojas próprias e desenvolvimento de novas tecnologias, que visam entender da melhor maneira as suas necessidades em tempo hábil para atuar em soluções que possam atendê-los, melhorando assim sua experiência ao longo de toda a jornada junto à Portobello.

Todos os nossos avanços em modernização e expansão ocorrem sempre de maneira sustentável, alinhados aos nossos objetivos de ESG definidos. Em 2022, avançamos de forma estruturada com nosso Plano ESG. Com diretrizes alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que reforçam nosso compromisso com o Pacto Global, iniciativa da qual somos signatários, elaboramos um plano de ações e metas para o período de 2023 a 2027, envolvendo todas as Unidades de Negócio e priorizando os pilares Ambiental, Social e de Governança.

Em 2022 realizamos investimentos em diversos projetos estratégicos totalizando um montante de R\$ 401 milhões. Deste valor, cerca de um terço foi destinado à compra de equipamentos e estruturação da nova fábrica da Portobello America. Para a expansão do varejo, com abertura de novas lojas e aquisições de lojas franqueadas e projetos de transformação digital, foram destinados cerca de 30% do total dos investimentos no ano. O restante foi destinado à modernização das unidades industriais da UN Portobello, em Tijucas/SC, e da Pointer, em Marechal Deodoro/AL.

Do ponto de vista de financiamento, a Companhia entregou bons resultados operacionais, que, aliados à boa gestão de caixa e endividamento, manteve a alavancagem próxima ao menor patamar alcançado pela companhia, de 1,6 vez Dívida Líquida/EBITDA, considerados saudáveis para o setor. A dívida líquida fechou o ano de 2022 em R\$ 630,4 milhões.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento. Esse índice é calculado considerando a dívida líquida dividida pelo total do capital, onde a dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos com opção de compra, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. A estrutura de capital, mensurada pela relação entre a dívida líquida e o capital, correspondeu a 69,87 % em 2023 e 57,44% em 2022, como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Dívida Bruta	1.381.635	886.570
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(486.472)	(256.088)
Dívida Líquida	895.163	630.482
Total do Patrimônio Líquido	385.989	467.244
Total do Capital (dívida líquida + patrimônio líquido)	1.281.152	1.097.726
Estrutura do capital (%) (dívida líquida/capital)	69,87%	57,44%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao total do passivo circulante e não circulante):

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo Circulante e Não Circulante	2.910.019	2.018.913
Patrimônio Líquido	385.989	467.244
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.296.008	2.486.157
Capital de terceiros	88,29%	81,21%
Capital próprio	11,71%	18,79%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A companhia continua confiante na capacidade de geração de caixa. Em 2023 encerramos com capex de R\$ 332,8 milhões. Atingimos um LAJIDA/EBITDA de R\$ 274 milhões em 2023 (R\$ 406 milhões em 2022) frente aos compromissos financeiros contratados. A relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBITDA em 2023 é de 3,3 vezes (1,6 vezes em 2022), o LAJIDA/EBITDA ajustado e recorrente da companhia atingiu R\$ 284 milhões em 2023 (R\$ 386 milhões em 2022), a relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBITDA ajustado e recorrente é de 3,1 vezes (1,6 em 2022). O caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de linhas de financiamento de longo prazo, aplicadas na liquidação de compromissos de curto prazo e em diversos investimentos da Companhia, tais como a expansão da operação nos EUA (fábrica do Tennessee).

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAJIDA/EBITDA:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Dívida Bruta	1.381.635	886.570
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(486.472)	(256.088)
(=) Dívida Líquida	895.163	630.482
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA	3,3	1,6
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA ajustado e recorrente	3,1	1,6

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos provêm de diversas instituições financeiras, onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia e por hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos. Alguns financiamentos para investimentos provêm também dos próprios fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira da Companhia, com saldo de R\$ 597 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 311 milhões em 2022);
- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (“Banco do Nordeste”) para investimento e capital de giro da planta fabril de Alagoas, com saldo de 39 milhões, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 68 milhões em 2022);

Benefício de R\$ 38 milhões (saldo em dezembro de 2023) que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2 milhões (saldo de R\$ 23 milhões em 2022);

- (iii) Cerca de R\$ 437 milhões de saldo, em 31 de dezembro de 2023, em Nota de Crédito para Exportação (NCE) contratados com a finalidade de financiar exportações (R\$ 219 milhões em 2022);
- (iv) Contratos FINEP, sendo um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, e em novembro de 2020, novo contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses. Ambos os contratos com liberações parciais em cada exercício. Em 31 de dezembro de 2023 o montante em aberto de FINEP era R\$ 151 milhões (R\$ 165 milhões em 2022).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta, em sua dívida bruta, saldo de duas emissões de debêntures, sendo R\$ 232,6 milhões referentes à 4ª (quarta) emissão, realizada em 2021, e R\$ 364,6 milhões referentes à 5ª (quinta) emissão, realizada em 2023, recursos estes destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento bancário bruto da Companhia (compostos pelos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo e arrendamentos com opção de compra) em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de R\$ 1.382 milhões e R\$ 887 milhões, respectivamente, na qual 65% e 38,1% destes montantes, que correspondem a R\$ 896 milhões e R\$ 382 milhões, apresentam garantia real de hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, informações dos contratos de empréstimos relevantes:

Debêntures:

Em 16 de setembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 3ª (terceira) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia. Este contrato possui cláusulas mínimas de “*covenants*” que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Em AGE realizada no dia 8 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Os *covenants* para dezembro de 2023 foram cumpridos.

Banco do Nordeste:

Os contratos com o Banco do Nordeste são operações específicas e incentivadas pelos governos estaduais, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía dois contratos com essa instituição, firmados em 2013 e 2019, com liberações ocorridas entre 2014 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante em aberto com o Banco do Nordeste era de R\$ 39 milhões (R\$ 68 milhões em 2022).

Crédito à exportação (NCE):

A Companhia apresenta três contratos relacionados a crédito de exportação, o montante total em aberto em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 437 milhões (R\$ 219 milhões em 2022). Todos os contratos de NCE são garantidos por meio de recebíveis (de 10% a 30% dos recebíveis) da controladora e demais empresas controladas do Grupo.

FINEP ou Financiadora de Estudos e Projetos:

FINEP é uma entidade pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A Companhia possui um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, com prazo total de 120 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em novembro de 2020, firmou contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses, tendo também como garantia fiança bancária, sendo desembolsado o valor de R\$ 64 milhões ainda em 2020 e R\$ 34 milhões em 2021.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante em aberto das operações de FINEP citadas anteriormente era R\$ 151 milhões (R\$ 165 milhões em 2022).

PPE (Pré-Pagamento à exportação):

Em 31 de dezembro de 2023, o montante em aberto na modalidade específica de financiamento à exportação era de R\$ 79 milhões (R\$ 85 milhões em 2022). Em 2023, 100% do saldo de PPE está protegido por contratos de SWAP.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As duas emissões de debêntures vigentes (quarta e quinta) estão vinculadas a cláusulas de *covenants*, cujo indicador é apurado pela relação dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o indicador foi atingido e, portanto, não houve quebra de *covenants* no encerramento do exercício.

Em dezembro de 2023, para o contrato do PPE com o Banco Itaú, a Companhia passou a ter *covenants* através de aditivo ao contrato. Dentre as cláusulas está o índice obtido através da divisão da Dívida Líquida (vide nota explicativa 5 das demonstrações financeiras anuais auditadas de 2023, acrescida de risco sacado, contas a pagar de imobilizado e passivos e ativos de instrumentos financeiros) pelo EBITDA consolidados, cujo indicador não poderá ser superior a 5,0 x para 2023, 4,0 x para 2024 e 3,75 x para 2025. Todas as cláusulas de *covenants* desta operação foram cumpridas para a data de 31 de dezembro de 2023.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 2023, a Companhia fechou o ano com R\$ 644,8 milhões em captações líquidas, sendo R\$ 367 milhões referentes à quinta emissão de debêntures, R\$ 150 milhões de Notas Comerciais (liquidadas com a quinta emissão de debêntures), R\$ 228 milhões de NCEs (notas de crédito à exportação), R\$ 15 milhões de PRODEC e R\$ 35 milhões de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía limites de crédito a serem desembolsados nos períodos seguintes.

Em junho de 2022, a Companhia recebeu o valor de R\$ 7 milhões do contrato firmado em maio de 2019 com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, da linha aprovada do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O valor total inicial do contrato em 2021 era de R\$ 31 milhões, porém houve um aditivo em agosto de 2021 reduzindo o valor para R\$ 24 milhões. Em dezembro de 2022 e até o presente momento há um valor residual desse contrato a ser desembolsado pelo banco de R\$ 1,5 milhão, os quais serão recebidos pela Companhia em 2023.

Em novembro de 2022, a companhia realizou a contratação de empréstimos na modalidade de PPE no montante de USD 16 milhões. Adicionalmente, em dezembro de 2022 a Companhia contratou NCE no total de R\$ 70 milhões, ambos com o objetivo de reforçar a disponibilidade de caixa frente a um cenário de incertezas previsto para 2023.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2022, cujo montante foi de R\$ 1.286,5 milhões, haviam sido desembolsados R\$ 1.285 milhões até 31 de dezembro de 2022, restando um limite a desembolsar de R\$ 1,5 milhão, ainda não desembolsado em 2023.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Demonstração do resultado

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	Consolidado		% da Receita		31/12/23 x 31/12/22
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	2.190.834	2.196.681	100%	100%	0%
Custo dos produtos vendidos	(1.335.416)	(1.251.067)	-61%	-57%	7%
Lucro operacional bruto	855.418	945.614	39%	43%	-10%
	39%	43%	-4%		
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	(627.779)	(533.989)	-29%	-24%	18%
Gerais e administrativas	(118.843)	(90.165)	-5%	-4%	32%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.821	(7.215)	1%	0%	-472%
	(719.801)	(631.369)	-33%	-29%	14%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	135.617	314.245	6%	14%	-57%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	37.456	18.155	2%	1%	106%
Despesas financeiras	(196.036)	(122.438)	-9%	-6%	60%
Variação cambial líquida	(601)	(5.378)	0%	0%	-89%
	(159.181)	(109.661)	-7%	-5%	45%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(23.564)	204.584	-1%	9%	-112%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(14.469)	(48.902)	-1%	-2%	-70%
Diferido	2.930	(2.577)	0%	0%	-214%
	(11.539)	(51.479)	-1%	-2%	-78%
Lucro do exercício das operações continuadas	(35.103)	153.105	-2%	7%	-123%
Lucro líquido do exercício	(35.103)	153.105	-2%	7%	-123%
Lucro líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia	(35.130)	153.098	-2%	7%	-123%
Participação dos não controladores	27	7	0%	0%	286%

Receita líquida de vendas

A Receita Líquida do Portobello Grupo em 2023 foi de R\$ 2,2 bilhões, em linha com o realizado no ano anterior. À luz do contexto de arrefecimento da demanda, esta receita construída ao longo do ano é considerada positiva, uma vez que a Companhia enfrentou desafios de mercado com maiores restrições e apresentou uma performance bastante superior ao setor, refletindo a resiliência do modelo de negócio e a assertividade da estratégia de multicanalidade. Destaque para o crescimento do varejo, canal exportação e a participação do canal Engenharia.

Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2023, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.335,4 milhões, representando um crescimento de 7% comparado ao período anterior (R\$ 1.251 milhões em 2022), devido ao aumento da inflação nos insumos de produção, principalmente gás natural, seu principal insumo.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 855,4 milhões em 2023 em comparação com R\$ 945,6 milhões em 2022, No entanto, ao longo do ano a Companhia apresentou uma retomada importante da margem bruta, conseguindo fechar o exercício no patamar de 40,0%. Os avanços foram, em parte, decorrentes da retomada dos níveis de venda no mercado, que pressionaram a flexibilidade dos preços praticados, mas também possibilitaram o retorno dos níveis de produção que possibilitam maior diluição dos custos.

Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas com vendas totalizaram R\$ 627,7 milhões, um aumento de 18% comparado ao valor de R\$ 533,9 milhões em 2022. Este aumento resultou do crescimento da estrutura de vendas, absorvida nas aquisições realizadas e expansão da rede de lojas próprias, assim como pela estratégia de marketing adotada na Portobello America no início da produção da fábrica do Tennessee, visando o ganho de escala no mercado norte-americano.

Despesas gerais e administrativas

Aumento de R\$ 29 milhões (+31,8%) vs. 2022, contemplando investimentos na estrutura dos times das operações com maior crescimento, principalmente nas Unidades de Negócios Portobello America e Portobello Shop. Estes investimentos estão em linha com o planejamento estratégico da Companhia e devem ser suportados pelo crescimento esperado e as despesas devem ser diluídas proporcionalmente ao desenvolvimento das operações.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, resultaram em uma receita de R\$ 26,8 milhões em 2023, em comparação com uma despesa de R\$ 7,2 milhões em 2022, representando uma redução de R\$ 34 milhões ou - 472% quando comparado ao período anterior. Entre os principais fatores de redução está a reversão de despesas de provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, no montante de R\$ 10,8 milhões em 2023, contra a constituição de provisões no montante líquido de R\$ 5,8 milhões em 2022, além da menor participação nos resultados em 2023 (R\$ 0,3 milhões de despesa contra R\$ 7 milhões no ano anterior).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido representa um montante de despesa de R\$ 159,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma variação de R\$ 49,5 milhões ou 45% de aumento quando comparado a 2022 (R\$ 109,6 milhões de despesa). O principal fator para o crescimento foi o aumento dos juros apropriados e variação cambial de empréstimos em R\$ 36,5 milhões, decorrente do aumento das taxas de juros no Brasil e do acréscimo no volume da dívida da Companhia no período.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social no ano de 2023 resultou em uma despesa de R\$ 11,3 milhões, contra uma despesa de R\$ 51,4 milhões em 2022, indicando uma diminuição de 78% devido à variação negativa no lucro tributável no ano de 2023.

Resultado líquido do exercício

O exercício de 2023 resultou em um prejuízo de R\$ 35,1 milhões, na qual houve uma redução de 123% quando comparado com o ano anterior, período este que apresentou lucro de R\$ 153,1 milhões, reflexo do maior volume de despesas operacionais e financeiras em 2023.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022	Var. %
Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações	(23.564)	204.584	-111,5%
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	186.333	227.015	-17,9%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(332.831)	(205.972)	61,6%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	376.882	45.327	731,5%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	230.384	66.370	247,1%

Caixa líquido das atividades operacionais

Em 2023, o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 23,5 milhões, representando redução em comparação ao período anterior, que apresentou fluxo de caixa gerado de R\$ 204,5 milhões, principalmente em função da menor geração de EBITDA e investimento em capital de giro. No ano, a posição de caixa da Companhia fechou em R\$ 486,4 milhões, um aumento de R\$ 230,3 milhões quando comparado ao mesmo período de 2022 (saldo de caixa de R\$ 256,1 milhões). Esse aumento se deve principalmente pela captação da quinta emissão de debêntures em dezembro de 2023 e pela antecipação de recebíveis.

Caixa líquido nas atividades de investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 332,8 milhões, aumento de R\$ 126,8 milhões ou 61,6% em comparação com R\$ 205,9 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, as atividades de investimentos da Companhia foram destinadas principalmente à nova fábrica da Portobello America, à expansão da rede de lojas próprias da Portobello Shop e à ampliação da estrutura de sistemas utilizada pelas franquias e lojas próprias Portobello Shop.

Ao fim do primeiro semestre de 2023, a Portobello America concluiu a construção da nova fábrica em Baxter, no Tennessee. A instalação dos equipamentos de produção finalizou em junho de 2023 e a produção de testes iniciou em julho de 2023, com início efetivo de portfólio em outubro de 2023. O montante total de investimento nesta primeira fase foi de R\$ 324.811 (USD 55 milhões).

Caixa líquido das atividades de financiamento

Em 2023, as atividades de financiamento resultaram em um acréscimo de R\$ 331,5 milhões ou 731,5%, substancialmente devido às captações realizadas no período, que totalizaram R\$ 644,8 milhões (192,9 milhões em 2022), visando um melhor perfil da dívida através do alongamento dos prazos.

Ademais, em 2023 houve pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 148,9 milhões (R\$ 74,8 milhões em 2022), seguido de pagamento de arrendamentos no montante

de R\$ 89,4 milhões (R\$ 25,8 milhões em 2022) e pagamento de dividendos de R\$ 29,6 milhões (R\$ 46,8 em 2022).

2.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente, a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação), e as unidades de negócio. Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração e implementação para o modelo de unidades de negócios, dividido em quatro estruturas, conforme especificado a seguir e passou a divulgar a informação por segmento incluindo mercado externo e interno e uma abordagem por unidade de negócios:

- **Portobello** – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade. Em 2023, a unidade de negócios Portobello representou 43,7% das receitas líquidas, com margem bruta de 37,5%, atuando nos canais exportação, revendas multimarcas e engenharia. Em 2022, a unidade de negócios Portobello representou 46,6% das receitas líquidas, com margem bruta de 43,6%, atuando nos canais exportação, revendas multimarcas e engenharia.
- **Portobello Shop** – Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2023, a unidade de negócios Portobello Shop representou 41,9% das receitas líquidas com margem bruta de 47,6%. Em 2022, a unidade de negócios Portobello Shop representou 37,0% das receitas líquidas com margem bruta de 46,3%.
- **Pointer** - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2023, a unidade de negócios Pointer representou 8,8% das receitas líquidas com margem bruta de 12,5%. Em 2022, a unidade de negócios Pointer representou 10,3% das receitas líquidas com margem bruta de 32,0%.
- **Portobello America (PBA):** Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2023, a unidade de negócios Portobello America representou 10,4% das receitas líquidas com margem bruta de 23,0%. Em 2022, a unidade de negócios Portobello America representou 10,6% das receitas líquidas com margem bruta de 23,5%.

A composição da receita líquida de vendas (R\$ mil) e lucro bruto e resultado operacional antes do resultado financeiro nos 2 últimos anos foi a seguinte:

	2023		2022	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	%ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	%ROL
Mercado Interno	1.740.154	79%	1.683.310	77%
Mercado Externo	450.680	21%	513.371	23%
	2.190.834		2.196.681	

Em 31 de dezembro de 2023						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita Líquida (R\$ mil)	2.190.834	(105.204)	956.561	193.601	917.161	228.715
%ROL	100%	-4,8%	43,7%	8,8%	41,9%	10,4%
Em 31 de dezembro de 2022						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita Líquida (R\$ mil)	2.196.681	(94.955)	1.024.156	225.444	809.011	233.025
%ROL	100%	-4,3%	46,6%	10,3%	36,8%	10,6%

*Eliminações entre negócios

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

Em **2023 a Receita Líquida** alcançou R\$ 2,2 bilhões, -0,3% vs. 2022. A Companhia está em constante evolução estratégica, sempre alinhar a inovação à rentabilidade e geração de valor e, mesmo diante de cenários adversos, ainda é capaz de entregar resultados robustos. Deste resultado pode-se destacar (i) a qualificação e melhoria do *mix* de produtos; (ii) a ampliação da participação da Portobello Shop, e (iii) a participação dos grandes formatos representou 67% nas exportações.

No mercado interno, em 2023 a Receita Líquida apresentou crescimento de 3,4% em relação a 2022, atingindo R\$ 1,7 bilhão, em um ano em que o mercado de materiais de construção apresentou retração de -4,4%, conforme os dados deflacionados da ABRAMAT. Ainda, segundo dados da ANFACER, o setor de revestimentos cerâmicos apresentou redução dos volumes vendidos (em metros quadrados) na ordem de -5,7% em 2023 vs. 2022.

A distribuição das vendas entre os canais destaca a capacidade da Companhia na execução da estratégia de multicanalidade. Destaque para i) as vendas no varejo, que participam em 42,6% do total de Receita Líquida do Grupo em 2023 vs. 38,0% em 2022; ii) o canal de exportação, com 19,7% de participação no resultado, sendo 9,9% com as vendas realizadas pela Portobello America nos Estados Unidos e 9,7% para os outros mercados das Unidades de Negócios Portobello e Pointer; e iii) a participação das vendas do canal Engenharia em 18,7%.

O **Lucro Bruto Ajustado e Recorrente** acumulado em 2023 foi de R\$ 869,0 milhões, redução de -8,1% vs. 2022 e -3,4p.p. na margem bruta. No entanto, ao longo do ano a Companhia apresentou uma retomada importante da margem bruta, conseguindo fechar o exercício no patamar de 40,0%. Os

avanços foram, em parte, decorrentes da retomada dos níveis de venda no mercado, que pressionaram a flexibilidade dos preços praticados, mas também possibilitaram o retorno dos níveis de produção que possibilitam maior diluição dos custos.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

No acumulado de 2023, a Companhia apresentou redução de -8,1% na Receita Líquida em dólar, impactada principalmente por um mercado internacional com maiores instabilidades e medidas restritivas em alguns países como a Argentina, refletindo em menores volumes vendidos a alguns dos principais clientes da Portobello. No entanto, ao longo do ano, a Portobello seguiu desenvolvendo o plano de internacionalização da Companhia, avançando em importantes mercados como América Central, Europa, Oriente Médio e África.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Margem Bruta no ano de 2023 foi de 39,7% contra os 43,0% em 2022, ao longo do ano de 2023 a Companhia apresentou uma retomada importante da margem bruta, conseguindo fechar o exercício no patamar de 40%. Os avanços foram, em parte, decorrentes da retomada dos níveis de venda no mercado, que pressionaram a flexibilidade dos preços praticados, mas também possibilitaram o retorno dos níveis de produção que possibilitam maior diluição dos custos.

O Capital de Giro da Companhia apresentou aumento, em 2023, totalizando um valor de R\$ 192,8 milhões, R\$ 125,1 milhões abaixo de 2022 (-39,4%). O Ciclo de Conversão de Caixa ao final de 2023 foi de 48 dias, redução de 9 dias comparado com 2022 (57 dias), com aumento de 2 dias no ciclo de conversão do estoque em caixa (131 em 2023 e 129 em 2022).

A Dívida Líquida da Companhia encerrou o ano em R\$ 895,2 milhões, aumento de R\$ 264,7 milhões em comparação a 2022. O avanço do EBITDA Ajustado e Recorrente dos últimos 12 meses para R\$ 284,3 milhões e a disciplina na gestão financeira, cujo foco está na constante otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultaram na manutenção da alavancagem financeira em 3,3 vez o EBITDA Ajustado e Recorrente, mantido próximo ao menor patamar de endividamento já alcançado pela Companhia.

A Companhia está exposta aos aumentos no custo dos insumos energéticos, que podem gerar reduções nas margens brutas, no entanto estes reajustes vem sendo compensados nos últimos anos pelos repasses de preços e melhoria no *mix* de produtos e gestão de canais de vendas. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionam ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios.

A Companhia também está exposta a pressões inflacionárias nos custos e insumos, que são constantemente compensados pelos esforços em busca de ganhos de produtividade, custos com transportes e custos de insumos decorrentes dos itens importados. Para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos, a Companhia tem adotado como estratégia manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações.

Também visando manter a rentabilidade, para proteção da receita em dólar, a companhia adotou a aplicação do *Hedge Accounting*, classificados como *hedge* de fluxo de caixa, com instrumentos eleitos para proteger receitas futuras, conforme nota explicativa 7 das Demonstrações Financeiras.

		Em milhares em reais			
		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contas a receber		81.462	80.718	112.431	104.616
Conta corrente		6	36	8.665	14.539
Créditos com controladas		80.433	150.220	-	-
Ativos expostos		161.901	230.974	121.096	119.155
Contas a pagar, líquido de adiantamentos		(674)	(5.059)	(38.152)	(18.098)
Contas a pagar de investimentos		(10.918)	(19.511)	(186.417)	(93.416)
Empréstimos e financiamentos		(180.415)	(93.484)	(180.415)	(93.484)
(-) Operação Swap		97.591	-	97.591	-
Passivos expostos		(94.416)	(118.054)	(307.393)	(204.998)
Exposição líquida		67.485	112.920	(186.297)	(85.843)

		Em milhares em reais			
		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contas a receber	euro	605	241	605	241
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(2.551)	(3.894)	(8.944)	(18.058)
		(1.946)	(3.653)	(8.339)	(17.817)

		Em milhares em reais			
		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contas a receber	dolar	15.756	15.213	22.153	19.793
Conta corrente	dolar	1	7	1.790	2.786
Créditos com controladas	dolar	16.614	28.790	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	456	(552)	(7.286)	(3.051)
Fornecedores de imobilizado e intangível	dolar	-	-	(29.184)	-
Empréstimos e financiamentos	dolar	(37.266)	(17.917)	(37.266)	(17.917)
(-) Operação Swap		20.158	-	20.158	-
		15.719	25.541	(29.634)	1.611

2.3 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia considerou os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social e aplicou a interpretação desta norma.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

De acordo com a definição da Administração, atualmente a Companhia está estruturada em quatro segmentos estratégicos, formados pelas unidades de negócios denominadas Portobello, Portobello Shop (PBShop), Pointer e Portobello América (PBA).

A Portobello detém a operação industrial dos produtos marca Portobello em Tijucas e atende os mercados "B2B" (business-to-business service), revenda multimarca, construtoras, grandes projetos, exportação e demais negócios do grupo. A Portobello Shop (PBShop) atua como franqueadora do Grupo, desenvolvendo o varejo da marca através da rede de lojas próprias e franquias. A Pointer detém a operação industrial dos produtos marca Pointer em Alagoas, com atuação regional no mercado do nordeste, norte e exportação. A Portobello America (PBA) representa a marca nos Estados Unidos, principal mercado na estratégia de internacionalização da Companhia.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Em R\$ mil	Em 31 de dezembro de 2023			Em 31 de dezembro de 2022		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.740.154	450.680	2.190.834	1.683.310	513.371	2.196.681

Custo dos produtos vendidos	<u>(1.021.741)</u>	<u>(312.674)</u>	<u>(1.335.416)</u>	<u>(913.032)</u>	<u>(338.035)</u>	<u>(1.251.067)</u>
Lucro operacional bruto	718.413	137.005	855.418	770.278	175.336	945.614

Em relação ao mercado externo, a Companhia exporta para mais de 60 países.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

A Companhia entrou com mandados de segurança contra a cobrança do DIFAL nos Estados do Rio Grande do Sul (Mandado de Segurança nº 5015551-38.2021.8.21.0001, Minas Gerais (Mandado de Segurança nº 5012757-94.2021.8.13.0024) e Paraná (Mandado de Segurança nº 0001091-63.2021.8.16.0004), antes de edição de lei complementar. Obteve êxito para a restituição dos valores pagos, através do trânsito em julgado ocorrido em setembro de 2022. Os valores são R\$ 1.980 (MG), R\$ 1.820 (RS) e R\$ 386 (PR). Esses valores já estão sendo restituídos através de compensações com os valores apurados mensalmente pela Companhia.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA/EBITDA (“Lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização” ou “*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”) e LAJIR/EBIT (“Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido” ou “*Earnings before interest, and taxes*”) com a finalidade de apresentar uma medida de seu desempenho econômico operacional. Essas medidas consistem no resultado líquido do período, acrescido dos tributos, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

O LAJIDA/EBITDA é de divulgação voluntária, de natureza não contábil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos.

A medida foi apurada no valor de R\$ 273.737 mil e R\$ 406.214 mil para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. O LAJIR/EBIT foi apurado no valor de R\$ 135.617 mil e R\$ 314.245 mil para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A Companhia utiliza também outra medição não contábil que se refere ao LAJIDA/EBITDA Ajustado e LAJIR/EBIT Ajustado, essa medição retira do montante de LAJIR/EBIT e de LAJIDA/EBITDA, os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período. Para os períodos dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os montantes de LAJIR/EBIT Ajustado foram R\$ 148.712 mil e R\$ 294.362 mil respectivamente.

O ROCE (*Return On Capital Employed*), obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo capital empregado no negócio composto pelo passivo de longo prazo mais patrimônio líquido, atingiu nos períodos de 2023 e 2022 respectivamente 7,1% e 20,5%.

Por fim, a Companhia realiza também a avaliação do ROCE Ajustado, o qual é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado pelo capital empregado no negócio. As porcentagens de ROCE Ajustado nos períodos de 2023 e 2022 foram de 6,9% e 20,3%, respectivamente.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- **Composição do EBIT (LAJIR) e margem operacional/EBIT:**

Composição do EBIT (LAJIR) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido	(35.103)	153.105
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	11.539	51.479
(+) Resultado Financeiro	159.181	109.661
EBIT (LAJIR)	135.617	314.245
Receita Operacional Líquida	2.190.834	2.196.681
Margem operacional (EBIT) %	6,2%	14,3%

- **Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado e margem operacional/EBIT Ajustado:**

Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido	(35.103)	153.105
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	11.539	51.479
(+) Resultado Financeiro	159.181	109.661
EBIT (LAJIR)	135.617	314.245
Itens não recorrentes (1)	13.095	(19.883)
EBIT (LAJIR) Ajustado	148.712	294.362
Receita Operacional Líquida	2.190.834	2.196.681
Margem operacional (EBIT) %	6,8%	13,4%

(1) Os não recorrentes que impactaram no EBIT/LAJIR são referentes aos ajustes de provisão de inventário da PBA

- **Composição do EBITDA (LAJIDA) e margem EBITDA:**

Composição do EBITDA (LAJIDA) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido	(35.103)	153.105
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	11.539	51.479

(+) Resultado Financeiro	159.181	109.661
(+) Depreciação e Amortização	138.120	91.969
EBITDA	273.737	406.214
Receita Operacional Líquida	2.190.834	2.196.681
<i>Margem EBITDA %</i>	12,5%	18,5%

● **Composição do EBITDA Ajustado (LAJIDA) e margem EBITDA Ajustado:**

Composição do EBITDA (LAJIDA) Ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido	(35.103)	153.105
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	11.539	51.479
(+) Resultado Financeiro	159.181	109.661
(+) Depreciação e Amortização	138.120	91.969
EBITDA	273.737	406.214
Comissões	800	-
Reconhecimento e Atualizações de Processos Judiciais	(1.500)	-
Outros Ganhos Judiciais	(368)	345
Reversão Inconstitucionalidade DIFAL	-	(17.253)
Otimização Tributária	(1.400)	(2.975)
Ajuste de Provisão de Inventário	13.095	
Total de itens não recorrentes	10.627	(19.883)
EBITDA AJUSTADO	284.364	386.331
Receita Operacional Líquida	2.190.834	2.196.681
<i>Margem EBITDA AJUSTADO %</i>	13,0%	17,6%

● **Composição do ROCE e do ROCE Ajustado**

Composição do ROCE e ROCE ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBIT/LAJIR	135.617	314.245
CAPITAL EMPREGADO	1.974.788	1.534.663
Passivo de Longo Prazo	1.588.854	1.067.419

Patrimônio Líquido	385.934	467.244
ROCE	6,9%	20,5%
EBIT/LAJIR	135.617	314.245
Itens não recorrentes (1)	13.095	-19.883
EBIT/LAJIR AJUSTADO	148.712	294.362
CAPITAL EMPREGADO	1.974.788	1.534.663
Passivo de Longo Prazo	1.588.854	1.067.419
Patrimônio Líquido	385.934	467.244
ROCE ajustado	7,5%	19,2%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do LAJIDA/EBITDA é mais apropriada para a correta compreensão de sua situação econômica e financeira, auferindo de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, embora possam ser calculados de maneiras distintas.

A Companhia calcula o LAJIDA/EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, (“Instrução CVM 156”), onde determina que no cálculo do LAJIDA/EBITDA e do LAJIR/EBIT deve ser considerado o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O LAJIDA/EBITDA é uma informação adicional às suas demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido e aos fluxos de caixa operacionais.

O LAJIDA/EBITDA Ajustado corresponde ao LAJIDA/EBITDA excluindo os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período conforme especificado no demonstrativo deste item 2.5, do formulário de referência, sub-item “b” contendo as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

O ROCE tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado e é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido) e o ROCE Ajustado que tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado desconsiderando o efeito dos itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período. O ROCE Ajustado foi calculado através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado considerando os itens não recorrentes pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido).

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

A Companhia identificou, do período do fechamento de exercício de 2023 até a data de publicação das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada, o seguinte evento subsequente:

Captações de empréstimos e financiamentos

Em 27 de fevereiro de 2024, a Companhia captou R\$ 70.000 milhões em Nota de Crédito à Exportação (NCE) junto ao Banco Alfa, com prazo de 24 meses.

Em 8 de março de 2024, houve captação de R\$ 70.000 milhões na modalidade Pré-Pagamento à Exportação (PPE) junto ao Banco Santander, também com prazo de 24 meses.

Processo com provisão de perda possível

Execução Fiscal nº 5043288-86.2023.4.04.7200 (Origem PAF nº 10983.721445/2014-78)

Em janeiro de 2024, foi classificado como probabilidade de perda possível a execução fiscal que trata de débitos remanescentes (estimativas mensais de CSLL do período de 01/2010 a 11/2012 e CSLL dos exercícios de 2010 a 2013), os quais foram constituídos definitivamente e inscritos em dívida ativa, sob o nº 91.6.23.038297-91, objeto da EF nº 5043288-86.2023.4.04.7200, no valor R\$ 21.827.168,32. O objeto da cobrança da execução fiscal é a glosa de despesas relativas a débitos tributários incluídos no parcelamento instituído pela MP 470/2009.

2.7 Os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Exercício Social encerrado em:	2023	2022
--------------------------------	------	------

<p>a) Regras sobre a retenção de lucros</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados líquidos apurados, será constituída anualmente a reserva legal como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas, não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.</p> <p>A constituição de reservas em 2023 e 2022 foi a seguinte:</p> <table border="1" data-bbox="624 757 1501 1010"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2023</th> <th></th> <th style="text-align: center;">2022</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro (prejuízo) total</td> <td style="text-align: center;">(35.103)</td> <td></td> <td style="text-align: center;">153.105</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Constituição de reservas de lucros:</td> <td></td> <td style="text-align: center;">% do Lucro</td> <td></td> <td style="text-align: center;">% do Lucro</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">0%</td> <td style="text-align: center;">6.984</td> <td style="text-align: center;">5%</td> </tr> <tr> <td>Reserva de incentivos fiscais</td> <td style="text-align: center;">20.705</td> <td style="text-align: center;">-59%</td> <td style="text-align: center;">37.409</td> <td style="text-align: center;">24%</td> </tr> <tr> <td>Reservas de lucros a destinar</td> <td style="text-align: center;">(20.705)</td> <td style="text-align: center;">59%</td> <td style="text-align: center;">35.519</td> <td style="text-align: center;">23%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">0%</td> <td style="text-align: center;">79.912</td> <td style="text-align: center;">52%</td> </tr> </tbody> </table>			2023		2022		Lucro (prejuízo) total	(35.103)		153.105		Constituição de reservas de lucros:		% do Lucro		% do Lucro	Reserva legal	-	0%	6.984	5%	Reserva de incentivos fiscais	20.705	-59%	37.409	24%	Reservas de lucros a destinar	(20.705)	59%	35.519	23%	Total	-	0%	79.912	52%
	2023		2022																																		
Lucro (prejuízo) total	(35.103)		153.105																																		
Constituição de reservas de lucros:		% do Lucro		% do Lucro																																	
Reserva legal	-	0%	6.984	5%																																	
Reserva de incentivos fiscais	20.705	-59%	37.409	24%																																	
Reservas de lucros a destinar	(20.705)	59%	35.519	23%																																	
Total	-	0%	79.912	52%																																	
<p>Valor total das reservas de lucros</p>	R\$ 225.696 mil	R\$ 225.696 mil																																			
<p>b) Regras sobre a distribuição de dividendos</p>	<p>Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alíneas d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade de a Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Através de acordo de acionistas firmado em 18 de fevereiro de 2019, através do tópico 8.1 estabelece que, salvo se diversamente acordado pelos acionistas, em Reunião Prévia, os acionistas e a Companhia deverão fazer com que, durante a vigência do acordo, a Companhia anualmente declare, distribua e pague dividendos (ou, em seu lugar, juros sobre o capital próprio, conforme legislação aplicável) em montante igual a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório acima estabelecido. Os valores distribuídos nos períodos foram com base em 50% do lucro líquido ajustado .</p>																																				
<p>Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio</p>	-	R\$ 43.442 mil																																			
<p>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>																																				

<p>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>A Companhia tem restrições à distribuição de dividendos impostas em casos de não cumprimentos de cláusulas de <i>Covenants</i> apresentadas em contrato firmado junto ao Banco do Brasil e referentes à emissão de Debêntures.</p>
<p>e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado”</p>	<p>A Companhia possui uma política de destinação dos resultados formalmente aprovada em 2008 pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia também disserta sobre a destinação dos lucros é definida, conforme abaixo: a) 5% dos lucros líquidos apurados serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e d) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório. Entretanto, em conformidade com o acordo de acionistas, durante a vigência do mesmo, será distribuído um montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei e conforme o disposto no item 8.1 do acordo de acionistas).</p>

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.

Não aplicável.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 31 de dezembro de 2023, os gastos contratados referentes a imobilizado, porém ainda não incorridos, somam R\$ 3.095 (em 31 de dezembro de 2022 somavam R\$ 1.588). Tais gastos são correspondentes à modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

iii. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nos demonstrativos financeiros.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A nova fábrica da Portobello America, nos Estados Unidos, deverá incrementar de forma significativa os resultados da Companhia, com a ampliação da capacidade produtiva, consequentemente aumento da receita e melhores margens. A fábrica entrou em operação em outubro de 2023.

b) Natureza e o propósito da operação

A operação consiste na ampliação da capacidade fabril e consolidação da marca no mercado norte-americano.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Companhia assinou um contrato de Build-to-suit (BtS) por um prazo de 20 anos para aquisição da propriedade e financiamento das obras para construção da fábrica, com 90 mil m². O investimento realizado foi de cerca de U\$ 90 milhões.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 332,8 milhões, sendo que 58,4% foram destinados ao projeto da nova fábrica nos Estados Unidos, 22,6% foram da Portobello Shop distribuído entre as lojas e a evolução do digital, 11,3% destinados a planta da Unidade Portobello em Tijucas/SC, 6,6% a investimentos na planta da Pointer e 1,1% para projetos comerciais e corporativo.

Para 2024, o objetivo da Companhia é garantir a manutenção dos ativos, da produtividade e constante atualização tecnológica e, principalmente, da rentabilização dos importantes investimentos já realizados nos anos anteriores.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, a exemplo das debêntures emitidas em 2023, considerando as condições de mercado do momento, conforme citado no item 2.1.

Dentre as fontes de financiamento da Companhia, podemos destacar que a mesma se utiliza dos recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); NCE - Nota de

Crédito de Exportação; PPE - Pré Pagamento de Exportação; PRODEC - ICMS Regime Especial; FINEP - Plano Estratégico de Inovação; BNDES - Crédito Cadeias Produtivas e Capital de Giro.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Ao fim do primeiro semestre de 2023, a Portobello America concluiu a construção da nova fábrica em Baxter, no Tennessee. A Companhia comunicou ao mercado, em março de 2022, a assinatura do contrato de Built-to-Suit (BtS), no valor de US\$ 90.000, que visava a construção da nova fábrica, informando também as condições comerciais de longo prazo para utilização do espaço no formato de leasing sem a opção de compra.

Adicionalmente, ao longo dos meses de 2022, iniciando em março daquele ano, a Portobello America iniciou a realização de aquisições de equipamentos para a fase 1 do projeto para instalação de uma linha contínua. A instalação dos equipamentos de produção finalizou em junho de 2023 e a produção de testes iniciou em julho de 2023, com início efetivo de portfólio em outubro de 2023. O montante total de investimento nesta primeira fase foi de R\$ 324.811 (USD 55 milhões).

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia conta com ciclo de inovação formado por grupo multidisciplinar de profissionais que além das pesquisas, interage com os principais intérpretes do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento.

Um item voltado às pesquisas que continua merecendo destaque está ligado ao Projeto Lastras, este projeto foi um passo importante na evolução da Companhia e faz parte da estratégia que visa oferecer soluções completas aos clientes, inclusive substituindo a utilização de mármore natural por porcelanato esmaltado com peças de grandes dimensões.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2023, a Companhia registrou R\$ 4.243 mil referente a gastos com projetos de desenvolvimento de novos produtos.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia elaborou um plano de ações para os próximos 5 anos relacionadas a questões ASG e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Este plano contempla os anos de 2023 a 2027 e possui metas estabelecidas para os principais pilares da Companhia. Mais detalhes podem ser observados no Relatório de Sustentabilidade da Companhia, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO

(Art. 10º, Parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/22 – Anexo A)

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício

O prejuízo líquido da Companhia foi de R\$ 35.129.411,48 (trinta e cinco milhões, cento e vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e oito centavos) em 31 de dezembro de 2023.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.

Não se aplica

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não se aplica

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2023	2022
(0,24917)	1,0859

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2023	2022
(249,2)	1.085,9

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Para o resultado de 2023, a Companhia apresentou prejuízo no consolidado e não haverá dividendos a serem distribuídos aos acionistas referentes ao exercício.

Para o resultado de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2023, a destinação de 50% do lucro sob forma de dividendos no valor de R\$ 73.056.663,61, que descontadas as antecipações de dividendos pagos pela Companhia no valor de R\$ 43.442.032,41 (R\$ 0,3081 por ação ordinária), pago em 01 de setembro de 2022, implicará no valor residual de dividendos a distribuir de R\$ 29.614.631,20 (R\$ 0,21005238 por ação ordinária), pago sob a forma de dividendos.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 2023 não houve constituição de reserva legal. Para o período de 2022, o montante destinado a reserva legal em 2023 foi de R\$ 6.984.106,68.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76, aplica-se 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício.

Em 2022, como foi atingido o limite de 20% do valor do Capital Social, constitui-se apenas 4,56%, e não os 5% sugerido pela Lei.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o artigo 37 do estatuto social da Companhia:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- i) 5% serão aplicados antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social.
- ii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
- iii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- iv) A parcela correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Em 2023 não haverá distribuição de dividendos. Em 2022, foram pagos, de forma integral, os dividendos mínimos obrigatórios. O valor retido foi de R\$ 36.528.331,81 (trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos).

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

No ano de 2023 foi destinado R\$ 20.705 mil para a rubrica Reserva para Incentivos Fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Referem-se as subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), ao Tratamento tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD), o Simples Nacional e o Lucro da Exploração.

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 ° da Resolução CVM nº 81/22

Candidatos indicados pelos acionistas controladores

Em linha com o art. 13º do Estatuto Social da Companhia, o mandato dos membros do Conselho de Administração é de 01 (um) ano, encerrando-se na data desta AGO. Desta forma, propõe-se a eleição da chapa formada pelos nomes a seguir indicados para compor o Conselho de Administração até a data da Assembleia Geral Ordinária de 2025:

- César Gomes Junior
- Claudio Ávila da Silva
- Nilton Torres de Bastos Filho
- Mauro do Valle Pereira
- Geraldo Luciano Mattos Junior
- Maria Laura de Santos Tarnow
- Márcio Leal da Costa Lobo

A Companhia informa ainda que o Conselho de Administração analisou as informações sobre os candidatos que compõem a chapa por ele indicada e concluiu que os Srs. Geraldo Luciano Matos Jr, Márcio Leal da Costa Lobo e a Sra. Maria Laura de Santos Tarnow atendem os critérios de independência previstos no artigo 6º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/2022 e no 16 do Regulamento do Novo Mercado. Abaixo serão apresentadas as informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme exigido pelo artigo 11 da Resolução CVM nº81/2022.

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

Nome	Idade	Orgão administrativo	Data de eleição	Prazo de mandato	Números de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar	Data da posse	Indicado pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos					
Mauro do Valle Pereira 376.466.139-91 Membro do Comitê de Internacionalização	64 Administrador	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2023 12/05/2023	1 ano Sim	100%
Jorge Muller 518.027.679-91 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	59 Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand 029.598.008-77 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	62 Advogado	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Mario Augusto de Freitas Baptista 245.668.027-87	72 Administrador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 15/04/2023	1 ano Sim	100%
Luiz Fernando Francalacci 155.646.739-72	73 Engenheiro	Conselho Fiscal Suplente	28/04/2023 15/05/2023	1 ano Sim	100%
Cesar Gomes Junior 305.583.019-91 Pertence ao Conselho de Administração	66 Administrador	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Cláudio Avila da Silva 179.169.099-87	70 Administrador	Conselho de Administração Vice Presidente do Conselho de Administração	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Nilton Torres de Bastos Filho 217.335.658-50 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	47 Engenheiro	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Geraldo Luciano Mattos Junior 144.388.523-15 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	43 Administrador	Conselho de Administração Independente Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Maria Laura de Santos Tarnow 014.714.517-12	54 Comunicação Social	Conselho de Administração Independente Membro Efetivo	28/04/2023 12/05/2023	1 ano Sim	100%
Maro Marcos Hadlich Filho 442.839.119-68 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	61 Advogado e Contador	Conselho Fiscal Suplente	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Marcio Leal da Costa Lobo 016.783.167-41	53 Engenheiro	Conselho de Administração Independente Membro Efetivo	28/04/2023 12/05/2023	1 ano Sim	100%
Ricardo Laus Gutierrez 167.645.609-00 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	70 Dentista	Conselho Fiscal Suplente	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	100%

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Experiência profissional / Critérios de Independência
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91
Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial. Ainda, atuou como Diretor Presidente do Grupo de 2019 até maio de 2023, sendo que a partir desta data passou a atuar como Conselheiro de Administração da PBG S.A.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Mauro do Valle Pereira declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Maria Laura de Santos Tarnow - 014.714.517-12
Profissional com 30 anos de experiência em empresas de bens de consumo de público de diversos segmentos sociais, lidando com uma ampla gama de temas estratégicos, operacionais e organizacionais. Atua no Conselho de Administração do Grupo Soma desde julho de 2020, Presidente do Conselho Consultivo do Grupo Rascal desde novembro de 2021 e Membro do Conselho Consultivo Softys desde julho de 2022. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.
A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Maria Laura de Santos Tarnow declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Mario Augusto de Freitas Baptista - 245.668.027-87
Mestre em Administração de Empresas, concentração em Finanças, Universidade da Califórnia Los Angeles - UCLA, Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas, concentração em Engenharia Econômica, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Engenheiro Eletricista, especialização em Sistemas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, e Certificado no Curso para Conselheiros de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Fundador e diretor-presidente desde 2011 da FLEX CAPITAL SECURITIZADORA S/A, que atua na securitização de ativos empresariais e da HEB Serviços de Apoio Administrativo Ltda., empresa de consultoria. É diretor desde 2021 da INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás Para a Região Sul S.A. Desde 2014 é membro do Conselho de Administração da INPLAC Indústria de Plásticos S/A e do Conselho Consultivo do Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sr. Mario Augusto de Freitas Baptista declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
César Gomes Júnior - 305.583.019-91
Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC. Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de

Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. César Gomes Júnior declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Cláudio Ávila da Silva declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Geraldo Luciano Matos Jr - 144.388.523-15

Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará e Direito pela Universidade de Fortaleza, além disso, possui Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead. Sua experiência inclui as seguintes posições: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M. Dias Branco (até novembro de 2019), membro do Conselho de Administração da Hapvida Participações, Portobello e Assaí Atacadista. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Geraldo Luciano Matos Jr declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Luiz Fernando Francalacci - 155.646.739-72

Engenheiro, atuou como Técnico em Desenvolvimento no BADESC- Agência Catarinense de Desenvolvimento entre 1975 e 1990. Foi Diretor Vice Presidente e Financeiro do BADESC entre 1990 e 1993. Atuou como Presidente do BADESC entre 1994 e 1995. Atualmente, é Diretor Superintendente da INFRAGÁS-Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A (desde 1996). Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Luiz Fernando Francalacci declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50

Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP e MBA pela Stern School of Business – NYU. Atuou como consultor, tendo trabalhado em projetos relacionados a estratégia e operações para Editora Abril, Editora Attica Scipione, Klabin, Latam Airlines, entre

outras. Foi Diretor Industrial e Comercial da PBG S.A., CEO da Lubrasil Lubrificantes Ltda e Banker na Turim MFO.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Nilton Torres de Bastos Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB), em Direito Empresarial (INPG) e em Direito Comercial (FURB). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Maro Marcos Hadlich Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Atua como membro do Conselho Fiscal da PBG S.A.

Márcio Leal da Costa Lobo - 016.783.167-41

Engenheiro mecânico formado pela PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) - 1992, Pós-graduação em Finanças pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-RJ - 1994. Profissional com forte experiência na área financeira, atualmente atua como Investment Banking na Órama, e Partner na Hunter Capital. É membro do Conselho Administrativo da Multilog desde abril de 2022, membro do Conselho de Administração da Pedra Branca desde julho de 2018 e membro do Conselho de Administração da RV Tecnologia desde setembro de 2018. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Márcio Leal da Costa Lobo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com especialização em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de Contador no Portobello Grupo durante 08 anos. Posteriormente, foi Contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, Gerente de Controladoria da Hertz Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da Muller Contadores Associados S.S. Ltda.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Jorge Muller declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77

Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui experiência como piloto de aviação e é Conselheiro Fiscal da PBG desde 2020.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Carlos Eduardo Zoppello Brennand declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Ricardo Laus Gutierrez - 167.645.609-00

Dentista formado pela UFSC. Possui passagens pela Usati ABPS Ltda. e Portobello S.A. Atualmente é empresário e cotista da empresa PBG Participações Societárias Ltda.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. Administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada:</u>				
César Gomes Júnior	305.583.019-91	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada:</u>				
César Gomes Neto	006.211.549-97	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Valério Gomes Neto	245.328.949-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidos, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superiora 99% (noventa e nove por cento) do capital social
- b) controlador direto ou indireto do emissor
- c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2022			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Gabriela Richter Gomes Acionista membro do grupo de controle	007.489.389-07	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda Sócia	11.561.432/0003-50		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto César Gomes Junior Eleonora Ramos Gomes Eduardo Ramos Gomes Junior ABPS Ltda. Acionistas membros do grupo de controle	245.328.949-72 305.803.019-91 013.808.518-82 454.713.209-72 03.609.424/0001-46	Controle	Fornecedor
César Bastos Gomes Membro Conselho de Administração	002.288.349-53		
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócios	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u> Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto Acionista membro do grupo de controle	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Multilog Transportes Ltda. Sócio			
<u>Observação</u> Prestação de serviços			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Riveste Comercio Ltda Sócia	43.004.526/0001-52		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Daniel Gomes Vieira Acionista membro do grupo de controle	530.997.889-53	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa relacionada:</u>			
AB Parking Sócio			
<u>Observação</u> Prestação de serviços			

Em 2022, as empresas Flooring, Riveste e Solução Cerâmica, pertencentes à partes relacionadas, foram adquiridas pela Companhia, conforme citado no item 10.1 (h).

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Nos termos do item 8 do Formulário de Referência (Art. 13 da Resolução CVM nº 81/22)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A presente Política de Remuneração visa determinar diretrizes a serem observadas para determinar a remuneração dos Diretores, membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PBG S/A (“Companhia”), considerando a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado. Além disso, esta Política tem o intuito de motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas, proporcionando o alinhamento dos interesses dos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia, assim como a retenção destes profissionais.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Não se aplica.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A Companhia realiza uma pesquisa de quais práticas de mercado referente as remunerações, e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos Conselheiros sendo utilizadas, em seguida é atribuído uma reunião para o Conselho de Administração, que define o valor global e fixa os honorários individuais de cada integrante dos órgãos da administração, logo após é realizado uma proposta para a Assembleia Geral Ordinária.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o tema é avaliado pelo Conselho de Administração com base no estudo descrito no subitem “ii” acima.

c) Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**
 - **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
 - **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
 - **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
 - **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Conselho de Administração:

A remuneração dos Conselheiros será composta por (a) honorário mensal e (b) reembolsos de despesas de locomoção e estadia necessárias à função. A remuneração dos Conselheiros será definida por deliberação do Conselho, observado o montante máximo dos valores anuais globais dos administradores fixado anualmente pela Assembleia Geral, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia. A definição dos valores deve estar alinhada com a prática de mercado vigente, com objetivo de remunerar os serviços prestados pelos Conselheiros de forma proporcional às suas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo, garantindo a competitividade e atraindo profissionais que agreguem valor para a Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos Conselheiros será fixada anualmente pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário, conforme o disposto no art. 162, §3º, da Lei das Sociedade por Ações, nº 6.404/76. As despesas de transporte e estadia dos Conselheiros Fiscais serão ressarcidas pela Companhia, na forma das disposições legais vigentes, respeitadas às Políticas internas da Companhia, mediante a apresentação dos comprovantes de despesas ou através de valor pré-determinado referente ao cálculo médio das despesas de deslocamento e pedágio partindo da cidade de residência do Conselheiro até a sede social da Companhia.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores Estatutários será composta por: (i) remuneração fixa, (ii) benefícios, (iii) incentivos de curto prazo (PPR) e (iv) incentivos de longo prazo (ILP), a seguir descritos. A remuneração individual dos Diretores será definida por deliberação do Conselho de Administração, observado o montante máximo dos valores anuais globais dos administradores fixado anualmente pela Assembleia Geral, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia. (i) Remuneração Fixa: A remuneração fixa dos Diretores tem por objetivo reconhecer o valor do cargo internamente e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo. Baseados na média de mercado, desempenho individual e outros fatores tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção. Incentivos de Curto Prazo (PPR): Corresponde à parcela anual variável por participação nos resultados da Companhia, prevista no planejamento estratégico e no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, cujo objetivo é premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais. A remuneração variável é alinhada ao orçamento,

planejamento estratégico e práticas de mercado, garantindo competitividade e reconhecimento dos executivos pelo seu papel nos resultados da Companhia.

Diretores:

A remuneração global dos Diretores é estabelecida com base em desempenho, custos e riscos envolvidos, bem como está atrelada aos resultados da Companhia e metas de médio e longo prazo, sendo remunerada através de honorários fixos e variáveis, estes últimos calculados com base em indicadores de desempenho e o plano de participação nos resultados da Companhia (PPR). O PPR é pago em uma parcela anual conforme critérios aprovados anualmente pelo Conselho de Administração. Para os Diretores Estatutários, a parcela do incentivo é baseada em indicadores corporativos. As metas financeiras utilizadas para o cálculo do PPR são baseadas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e incluem a previsão de custos do plano. Ao final de cada exercício é avaliado o atingimento das metas e calculada a premiação resultante. (iv) ILP Poderão ser estabelecidas Políticas de Incentivo de Longo Prazo para retenção de Executivos, com base em critérios aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, levando em conta o comprometimento com a estratégia de longo prazo e aderência aos princípios e valores da Companhia.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração:

Os Comitês podem ser compostos por Conselheiros, Diretores Estatutários, membros independentes e demais colaboradores da Companhia. A remuneração dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração constituídos na Companhia é deliberada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Não farão jus à remuneração adicional os membros de Comitê que sejam empregados ou Diretores da Companhia. A fixação da remuneração observará o orçamento anual total de despesas da Companhia e disposto pela Assembleia Geral quanto ao montante máximo dos valores anuais globais dos administradores, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A estratégia de remuneração da empresa é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas. A mecânica dos planos de remuneração variável anual atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento da empresa de curto e médio prazos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR anual – Pago em uma parcela anual, correspondendo a um target de dez vezes o valor da remuneração mensal. Para Diretores Estatutários, 50% do benefício é baseado em indicadores corporativos e o EBITDA é a métrica utilizada. O percentual restante, é baseado no indicador individual. Existem quatro indicadores individuais, cada um com peso de 25%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Todo o programa de PPR da Companhia está atrelado a um limite de 12,5% do lucro líquido do exercício.

2023	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	88%	12%	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%		-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	56%	44%	-	-	-	100%

2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	81%	19%	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%		-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	82%	18%	-	-	-	100%

2021	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	88%	12%	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%		-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	56%	44%	-	-	-	100%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Os valores de remuneração pagos aos seus administradores são definidos em função da importância e do peso relativo do cargo na estrutura organizacional e da estratégia de posicionamento frente ao mercado.

O reajuste ocorre periodicamente, se aplicável, após a realização de pesquisas de remuneração, realizadas anualmente por empresas especializadas no assunto, por meio das quais são comparados os valores praticados pela Companhia com o mercado e aferidos o grau de competitividade e necessidade de ajuste dos valores praticados.

Os benefícios oferecidos pela Companhia aos Diretores seguem as práticas de mercado visando complementar a assistência pública, conceder maior segurança e assegurar as melhores condições

para desempenho do cargo, tais como: plano de previdência privada, plano de saúde, seguro de vida, leasing de veículos, telefone móvel, dentre outros.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ESG**

	Indicador 2023*	Peso	U/M	Indicador 2024	Peso	U/M
Diretoria Estatutária CEO, CFO e CTO	Dívida Líquida/EBITDA (PPBG)	20%	%	Dívida Líquida/EBITDA (PPBG)	30%	%
	Lucro Líquido PBG (sem contingência)	20%	R\$ MIL	Lucro Líquido PBG	15%	R\$ MIL
	ROCE PBG	20%	R\$ MIL	Fluxo de Caixa Livre	15%	R\$ MIL
	ROL PBA	20%	%	EBITDA PBA	25%	%
	NPS VAREJO	20%	%	Crescimento Grupo (ROL GRUPO)	15%	%

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia, procura atualizar a composição da remuneração, proporcionando atratividade em relação ao mercado, retenção e engajamento dos profissionais em relação à permanência, à criação de valor e a estratégia para a empresa. As práticas de remuneração se alinham com os interesses competitividade com o mercado no curto prazo e de alavancagem de resultados e retenção dos profissionais a médio e longo prazo.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

8.2 Remuneração Total por Órgão

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros (1)	7	3	3	13
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	3.001.569	4.165.442	330.785	7.497.796
Benefícios diretos e indiretos	298.850	546.816	654	846.320
Participações em comitês	2.082.721			2.082.721
Outros (2)				-
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)	1.917.812	352.206		2.270.018
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	7.300.952	5.064.464	331.439	12.696.855
Total da remuneração no período				12.696.855

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros (1)	7	3	3	13
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	3.353.916	4.059.011	265.104	7.678.031
Benefícios diretos e indiretos	253.468	486.930	544	740.941,67
Participações em comitês	1.600.000			1.600.000
Outros (2)		2.838.240		2.838.240
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)	397.232	491.358		888.591
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	5.604.616	7.875.540	265.648	13.745.804
Total da remuneração no período				13.745.804

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Sustentabilidade	Total
Número de membros (1)	7	3	3	2	15
Número de membros remunerados	7	3	3	2	15
Remuneração fixa anual					-
Salário ou pró-labore	5.325.838	5.542.660	220.968	240.000	11.329.467
Benefícios diretos e indiretos	143.425	722.958	528,48	426,24	867.338
Participações em comitês					0
Outros (2)					0
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)	1.032.325	997.686			2.030.011
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e	
Benefícios pós-emprego (4)					
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)					
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções					
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	6.501.589	7.263.304	221.496	240.426	14.226.815
Total da remuneração no período					14.226.815

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçados.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	3	13
Nº de membros remunerados	7	3	3	13

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

	148.683,93	60.000	0	208.683,93
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	248.548,49	150.000	0	398.548,49
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0	0	0	0

EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	0	214.691,46	0	214.691,46
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	214.691,46	0	214.691,46
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0	0	0	0

Orgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de 2024				Previsto para o Exercício Social Corrente de 2023			
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Sustentabilidade	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Sustentabilidade
Número de membros (1)	3	7	3	2	3	7	3	2
Bônus	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	1.238.790,3	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo	-	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valores mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	1.874.531,1	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	1.874.531,1	1.238.790,3	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

8.4 Plano de Remuneração baseado em ações

Se aplica somente para ILP (Incentivos de longo prazo).

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários:

Não se aplica.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

Não se aplica.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	%Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	%Total
Controladores	86.259.536	61,18%	200	0,05%	360	0,24%
Conselho de Administração	3	0,00%	100	0,03%		
Conselho Fiscal						
Diretoria Estatutária	31.100	0,02%	100	0,03%		
Total das ações	86.290.639	61,20%	400	0,10%	360	0,24%

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0
Condições para se aposentar antecipadamente.	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade; b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras; c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais; d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora.
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 9.184 milhões
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 1.486 milhões
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Nº de membros	3	3	7	7	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	7	7	3	3
Valor da maior remuneração	1.842.000	1.800.000	1.930.000	953.804	86.000	108.000
Valor da menor remuneração	760.000	1.080.000	364.000	412.000	86.000	108.000
Valor médio da remuneração	1.301.000	1.360.000	1.147.000	693.000	86.000	108.000

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela deliberação CVM nº 642/10, não há membros do Conselho de Administração, diretoria estatutária ou Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve nos três últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal paga como comissões ou serviços de consultoria ou assessoria prestados.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos exercícios sociais de 2021 a 2023 não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

8.20 Outras informações relevantes

Todas informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE CANDIDATO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Dr. Geraldo Luciano Mattos Junior, brasileiro, casado, advogado e conselheiro de administração, inscrito no CPF sob o n.º 144.388.523-15, domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com endereço na Rua Antonele Bezerra 66, CEP: 60160-070, tendo em vista sua indicação ao cargo de Conselheiro de Administração da PBG S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade Tijucas Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, KM 163, CEP 88200-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42.300.030.201, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.475.913/0001-91, registrada na Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta categoria “A” sob o código 13773 (“Companhia”), atesta, sob as penas da lei, para os fins do artigo 17, inciso I, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”), e do artigo 6º do Anexo K da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80”), que se enquadra nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e na RCVM 80, e declara que:

1. Não é acionista controlador, direto ou indireto, da Companhia;
2. Não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas;
3. Não tem relação de matrimônio ou parentesco com o acionista controlador, administradores da Companhia ou administradores do acionista controlador;
4. Não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
5. Não é parente, por afinidade, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador da Companhia;
6. Não teve relação de emprego nem exerceu cargo de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia nos últimos 3 (três) anos;
7. Não tem relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
8. Não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador;
9. Não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto reembolsos de despesas de locomoção e estadia necessárias à função.
10. Não fundou a Companhia e não exerce influência significativa sobre ela.

Fortaleza/CE, 12 de abril de 2024.

GERALDO LUCIANO MATTOS JUNIOR

glmj@terra.com.br

Assinado


D4Sign

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE CANDIDATO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Sr. Márcio Leal da Costa Lobo, brasileiro, casado, engenheiro e conselheiro de administração, inscrito no CPF sob o n.º 016.783.167-41, domiciliado na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo,, com endereço na Rua Juquis, 225, Indianópolis, CEP: 04081-010, tendo em vista sua indicação ao cargo de Conselheiro de Administração da PBG S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade Tijucas Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, KM 163, CEP 88200-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42.300.030.201, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.475.913/0001-91, registrada na Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta categoria “A” sob o código 13773 (“Companhia”), atesta, sob as penas da lei, para os fins do artigo 17, inciso I, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”), e do artigo 6º do Anexo K da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80”), que se enquadra nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e na RCVM 80, e declara que:

1. Não é acionista controlador, direto ou indireto, da Companhia;
2. Não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas;
3. Não tem relação de matrimônio ou parentesco com o acionista controlador, administradores da Companhia ou administradores do acionista controlador;
4. Não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
5. Não é parente, por afinidade, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador da Companhia;
6. Não teve relação de emprego nem exerceu cargo de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia nos últimos 3 (três) anos;
7. Não tem relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
8. Não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador;
9. Não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto reembolsos de despesas de locomoção e estadia necessárias à função.
10. Não fundou a Companhia e não exerce influência significativa sobre ela.

mlcostalobo@icloud.com
São Paulo/SP, 12 de abril de 2024.

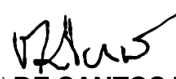
Assinado
 Márcio Leal da Costa Lobo
MÁRCIO LEAL DA COSTA LOBO

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE CANDIDATO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Sra. Maria Laura de Santos Tarnow, brasileira, casada, conselheira de administração, inscrita no CPF sob o n.º 144.388.523-15, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Bela Cintra, 2047, Consolação, CEP: 01415-007, tendo em vista sua indicação ao cargo de Conselheira de Administração da PBG S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade Tijucas Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, KM 163, CEP 88200-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42.300.030.201, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.475.913/0001-91, registrada na Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta categoria “A” sob o código 13773 (“Companhia”), atesta, sob as penas da lei, para os fins do artigo 17, inciso I, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”), e do artigo 6º do Anexo K da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80”), que se enquadra nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e na RCVM 80, e declara que:

1. Não é acionista controlador, direto ou indireto, da Companhia;
2. Não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas;
3. Não tem relação de matrimônio ou parentesco com o acionista controlador, administradores da Companhia ou administradores do acionista controlador;
4. Não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
5. Não é parente, por afinidade, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador da Companhia;
6. Não teve relação de emprego nem exerceu cargo de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia nos últimos 3 (três) anos;
7. Não tem relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
8. Não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador;
9. Não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto reembolsos de despesas de locomoção e estadia necessárias à função.
10. Não fundou a Companhia e não exerce influência significativa sobre ela.

mltarnow@yahoo.com.br
São Paulo/SP, 12 de abril de 2024.


MARIA LAURA DE SANTOS TARNOW